

# SUMÁRIO

---

## Parte I

### ESTUDOS APROFUNDADOS SOBRE O CONTROLE PÚBLICO

#### Capítulo 1

---

UMA TEORIA ANTIRROMÂNTICA DO CONTROLE.....	21
1 Passado, presente e futuro: ensaio sobre a história do controle judicial da Administração Pública no Brasil .....	23
2 Acabou o romance: o art. 22 da LINDB e o reforço do pragmatismo no direito público brasileiro .....	41
3 The three dimensions of administrative law.....	69
4 A relação entre inovação e controle da Administração Pública.....	89
5 Como desestruturar uma agência reguladora em passos simples.....	105
6 Estratégias regulatórias de combate à corrupção .....	127

#### Capítulo 2

---

PARA ALÉM DAS ROMANTIZAÇÕES: A PRÁTICA DO CONTROLE.....	177
2.1. CONTROLE JUDICIAL .....	179
1 A Teoria da Deferência e a prática judicial: um estudo empírico sobre o controle do TJRJ à AGENERSA.....	181
2 O controle das agências reguladoras federais no STF como instância recursal: um estudo empírico .....	213
3 O STF e o controle das leis sobre o regime jurídico das agências reguladoras federais.....	245
4 Judicial review of executive policymaking in advanced democracies: beyond rights review.....	299

5	Entre o <i>prêt-à-porter</i> e a alta costura: procedimentos de determinação da intensidade do controle judicial no direito comparado .....	371
6	Controle judicial da Administração Pública: o resumo de uma tese de doutorado.....	411
7	La dynamique de la déférence: création et évolution des modèles auto-restrictives de contrôle juridictionnel dans le droit comparé.....	433
8	Judicial review in a context of legal indeterminacy.....	461
9	Globalization and convergence in judicial review: what can we learn from the case of Brazil? .....	473
10	Il controllo giurisdizionale dell'autorità francese della concorrenza .....	483
2.2. CONTROLE LEGISLATIVO.....		495
1	A produção legislativa do Congresso Nacional sobre agências reguladoras .....	497
2	Sustação de normas de agências reguladoras pelo Congresso Nacional: pesquisa empírica sobre a prática do art. 49, V, da CRFB.....	539
2.3. CONTROLE PELO TCU.....		569
1	El Tribunal de Cuentas de la Unión brasileiro: una institución muy peculiar .....	571
2	O TCU, os particulares contratados pela Administração e a jabuticaba: a excepcionalidade da orientação atual do Tribunal no direito comparado .....	587
3	A intervenção do TCU sobre editais de licitação não publicados: controlador ou administrador? .....	625

## Parte II

### O DIA A DIA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Capítulo 1

POR MAIS REALISMO NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		653
1	A maldição do reajuste em concessões.....	655
2	O que significa deferência? .....	657

3	Arbitragem em tempos de canetas apagadas .....	659
4	O avanço do Congresso sobre as tarifas de energia elétrica.....	661
5	A leitura e as “leituras” do art. 5º, XXXV, da CF .....	665
6	Cobrança por bagagem: o que diz o Direito? .....	667
7	O art. 22 da LINDB e as “dificuldades jurídicas” do gestor público .....	669
8	O controlador médio .....	673
9	A retórica dos controladores.....	675
10	Levando a deferência a sério .....	677
11	Quais estrangeiros fazem a cabeça dos nossos administrativistas?.....	679
12	Estrangeiros no direito administrativo: os dados dos anos 80.....	683
13	Revolução secreta também no controle público? .....	689
14	As mentiras que os administrativistas contam.....	691
15	O STJ na encruzilhada: há ou não segurança jurídica nas concessões brasileiras? .....	693
16	Agências reguladoras independentes, só com procuradorias independentes.....	697
17	Menos é mais: o Supremo, o Judiciário e os medicamentos.....	701
18	Marco Aurélio contra as agências reguladoras .....	703
19	Un principe inédit de droit public posé par la loi brésilienne sur les normes de 2018: le devoir de concrétude .....	707

## *Capítulo 2*

O CONTROLADOR E A POLÍTICA.....		711
1	Qual a utilidade jurídica das narrativas bolsonaristas? .....	713
2	O encontro de contas de Bolsonaro com o Direito .....	715
3	O Presidente da República tem direito à ignorância?.....	717
4	Sem democracia, não há Direito Público .....	719
5	A Teoria da Captura e o debate sobre a cloroquina .....	721
6	Como o Congresso interpreta seu poder de sustar normas das agências?.....	723
7	Um presidente da República está limitado pela ciência.....	727
8	Surpresa positiva do STF no julgamento da MP 966.....	731

9	Uma vacina contra o voluntarismo do controlador .....	735
10	“Desvio de finalidade” e ativismo judicial .....	745
11	Congresso x Agências: limites, só para os outros .....	749
12	O problema Cunha: entre a solução definitiva e o remendo .....	751

### Capítulo 3

	<b>CONTROLADOR OU GESTOR? O TCU COMO NOVA FRONTEIRA DE ESTUDOS ANTIRROMÂNTICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>753</b>
1	Direito administrativo e controle de contas.....	755
2	O TCU tem jurisdição sobre particulares contratados pela Administração? .....	759
3	De onde vem o “poder” do TCU para barrar desestatizações? .....	761
4	Carta do Observatório do TCU ao ministro Anastasia .....	763
5	TCU agigantado: uma escolha do nosso Direito?.....	767
6	Imprescritibilidade no TCE-SP .....	769
7	O TCU atua como gestor público; tratemo-lo como tal! .....	775
8	Quanto e qual poder de cautela para o TCU? .....	779
9	Subordinação de agências ao TCU compromete imparcialidade regulatória .....	781
10	Quais os limites das competências do TCU sobre as agências reguladoras? .....	785
11	TCU: justiça administrativa? .....	789
12	O viés pró-controle e suas distorções interpretativas .....	791
13	O TCU e o risco da “autoidealização” .....	793
14	O STF controlando o controlador.....	795
15	A expansão do TCU para dentro de entidades controladas .....	797
16	Qual ministro queremos para o TCU? .....	799
17	O que perguntar ao indicado a ministro do TCU em sua sabatina? .....	801
18	Mais deferência para agências com melhor reputação? .....	807
19	Administração dialógica ou amedrontada? .....	811
20	O que é erro grosseiro para o TCU? .....	813
21	O TCU se abrindo às críticas .....	815